



DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal
de Guanambi - Bahia

do Legislativo

Diário Oficial do Legislativo | Câmara municipal de Guanambi - Bahia | Ano IV | Nº 203 | 31 de Julho de 2015

RESUMO DO DIÁRIO

PUBLICAMOS NESTA EDIÇÃO OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

ANEXO I - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

ANEXO II - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015 - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO III - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015 - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

ANEXO IV - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015 - DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

ANEXO V - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015 - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

ANEXO VI - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015 - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

ANEXO VII - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015 - MINUTA DE CONTRATO

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana De Oliveira Cardoso.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/> e utilize o código BF46-C736-4924-E254.



DIÁRIO OFICIAL

Gestor: **CARLOS JACKSON VIEIRA PEREIRA**

Leia o Diário Oficial do
Legislativo na Internet

ACESSE

www.guanambi.ba.leg.br

LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015**

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Guanambi, estado da Bahia, comunica aos interessados que realizará no dia 13 de agosto, do ano de dois mil e quinze, às 08:10h, no Prédio da Câmara Municipal de Guanambi, situado na praça Henrique Pereira Donato, 90, centro, Guanambi(BA), na modalidade Pregão presencial, Menor Preço Global: **Contratação de empresa para realização do SEMINÁRIO REGIONAL DE VEREADORES 2015, no Auditório da Câmara de Vereadores de Guanambi, Estado da Bahia, de acordo as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos**, que poderá ser adquirido no Setor de Licitação, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:00h, mediante o pagamento da impressão do edital no valor de R\$10,00 (dez reais), que deverá ser recolhido aos cofres da Tesouraria da Prefeitura Municipal, ou adquirido (sem ônus) no endereço eletrônico <http://procedebahia.com.br/camaraguanambi/> ou pelo site <http://www.guanambi.ba.leg.br/>, acessando no link **Utilidades, Diário Oficial**, onde se encontra publicado na internet, por exigência do art. 4º,IV, da Lei n. 10.520/2002, ficando os interessados cientificados que todos os atos desta licitação serão publicados no Diário Oficial da Câmara, disponível no citado *link*, imprensa oficial.

Guanambi-Ba 31 de julho de 2015.

JOAQUIM MANOEL COSTA DE AZEVEDO
Pregoeiro

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL**1. Regência Legal**

Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições das Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93, no que for pertinente, além do Decreto nº. 087/2013, do Legislativo Municipal.

2. Unidade Interessada: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**3. Modalidade: Pregão Presencial nº 013/2015****4. Tipo de Licitação**

Menor Preço Global/lance verbal: () Por item (X) Por lote

5. Forma de Fornecimento:

(X) Única () Parcelada,

5.1. Após a solicitação dos serviços pela Câmara Municipal, a sua execução deverá imediata.

6. Objeto

6.1 Contratação de empresa para realização do SEMINÁRIO REGIONAL DE VEREADORES 2015, no Auditório da Câmara de Vereadores de Guanambi, Estado da Bahia, de acordo as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos.

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Especificação do Objeto e Modelo de Proposta de Preços

Anexo III – Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame

Anexo IV - Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor

Anexo V - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação

Anexo VI - Modelo de Declaração de Desimpedimento de Licitar

Anexo VII - Minuta do Contrato

6.2 JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO - A aquisição em tela, visa atender a demanda dos serviços necessários ao bom desempenho das atividades a serem realizadas durante o Seminário.

6.3 Os produtos e suas respectivas quantidades constituem mera previsão dimensionada, não estando a Administração obrigada a adquiri-los em sua totalidade, não cabendo à empresa licitante o direito de pleitear qualquer tipo de reparação a título de diferença.

7. Local, data e horário do recebimento das propostas de preço, documentos relativos à habilitação e início da abertura dos envelopes:

Local: Sala do Setor de Compras da Câmara Municipal de Vereadores

Data: 13 de agosto de 2015

Hora: 08:10h

8. Dotações orçamentárias

Unidade Orçamentária: 1.1 – CÂMARA MUNICIPAL

Projeto/Atividade: 01.031.001-2003 – Gestão dos Serviços do Plenário da Câmara

Classificação Econômica: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

9. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

9.1. Somente serão admitidas a participar da licitação as empresas que apresentarem os interessados credenciados, que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

9.2. Não poderá participar empresa que esteja em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

9.3. Não poderá participar empresa que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93.

9.4. É vedado ao **agente político e ao servidor público municipal** de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais previstas em lei.

10. REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO

Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições das Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93, **Processo Administrativo nº 024/2015** e o Decreto do Legislativo Municipal nº 087/2013.

11. CREDENCIAMENTO

11.1. O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento o credencie a participar deste procedimento licitatório, e que venha a responder por sua representada, devendo, ainda no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, inclusive;

11.2. Em não sendo sócio, o credenciamento far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo-lhe poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

11.3. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia de seus documentos pessoais;

11.4. Para os casos “**11.2. e 11.3.**” o Sócio ou procurador deverão apresentar o respectivo Estatuto ou Contrato Social;

11.5. Do tratamento diferenciado concedido às microempresas e empresas de pequeno porte.

11.5.1. Quando for o caso, A proponente deverá, através de seu representante, apresentar a declaração do contador ou outro documento quanto ao enquadramento do fornecedor nas disposições dos arts. 42 a 45 da LC 123/2006.

11.5.2 A proponente, quando for o caso e sendo do seu interesse, deverá solicitar o tratamento devido as empresas Micro Empresa-ME e Empresa de Pequeno Porte-EPP, conforme as disposições da LC 123/2006.

11.6. Após o credenciamento, os licitantes deverão entregar ao Pregoeiro a **Declaração de Pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação (ANEXO V)**, os envelopes da proposta de preços (**envelope A**) e dos documentos de habilitação (**envelope B**), não sendo mais aceitas novas propostas.

11.7. Iniciada a sessão pública do pregão, não cabe desistência da proposta, nos termos da legislação citada e deste edital.

12. PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE "A"

12.1. A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope lacrado, indevassável e rubricado pelo representante legal da empresa ou por seu mandatário identificado como Proposta de Preços, indicando nome, razão, modalidade, número e data, endereçada ao Pregoeiro.

12.2. A proposta deverá estar datilografada ou impressa por processo eletrônico em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada.

12.2.1. Desde que bastante legível, a proposta de preços (valor unitário, total e por extenso) poderá ser redigida à punho, através de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

12.3. A proposta deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste Edital e Anexo, não se admitindo propostas alternativas.

12.4. Apresentar o preço para a quantidade total demandada, descrita no anexo II deste edital, expresso em real, com apenas duas casas decimais.

12.5. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

12.6. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fornecimento e entrega do objeto desta licitação, tais como: impostos, tributos, encargos e contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.

12.7. O prazo mínimo de validade comercial da Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da apresentação da proposta.

12.8. O licitante vencedor deverá **declarar expressamente**, que executará o serviço indicado no objeto deste edital, em perfeita consonância com o descrito no anexo II deste edital.

12.9. A responsabilidade quanto ao serviço ofertado é exclusivamente do licitante, que deverá certificar-se se o mesmo atende as exigências do instrumento convocatório sob pena de, em caso negativo, sofrer as sanções previstas no **item 24**.

12.10. A proposta de preço vencedora, contendo os catálogos e especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e apresentada na proposta comercial, com preços atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, no prazo de 01 (um) dia útil, após encerramento da sessão.

12.11. O licitante deverá apresentar declaração expressa de que não estar impedido de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas, conforme modelo do **ANEXO VI**.

12.12. Sendo constatado, mesmo após a contratação, que houve falsidade na retromencionada declaração, a licitante ou contratada sujeitar-se-á às sanções previstas no item 24 deste edital.

13. HABILITAÇÃO - ENVELOPE B

13.1. As licitantes deverão incluir no Envelope B – **HABILITAÇÃO** a seguinte documentação abaixo que poderá ser apresentada em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para ser autenticada pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio, em envelope lacrado, no qual possam ser identificados o **nome ou razão social, modalidade, número e data da licitação, além da expressão Habilitação**, podendo o Pregoeiro, antes da homologação, solicitar o documento original para verificação, rubricada pelo representante da Empresa, devendo este ser endereçada ao Pregoeiro.

13.2. No caso de o licitante possuir filial, a documentação apresentada deverá referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz, salvo disposição legal em contrário, sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.

14. Na habilitação exigir-se-á dos interessados:

14.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de

sociedade por ações, acompanhado da documentação pertinente à investidura de seus atuais administradores nos respectivos cargos; inscrição do ato constitutivo, no caso sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício, e; decreto de autorização **em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pela Agência Nacional do Petróleo.**

14.2. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:

- a) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal;
- c) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal, através da Certidão Negativa da Dívida Ativa da União;
- d) prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS);
- e) prova de regularidade do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FTGS/CRF.

f) a regularidade trabalhista será comprovada mediante a apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.3. – Qualificação econômico-financeira – será feita mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) **balanço patrimonial do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, admite a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

b) **certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

c) patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor definido como **preço de referência** para a contratação, assinado pela autoridade competente da empresa licitante.

14.4. Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor conforme modelo previsto no edital, Anexo IV.

14.5. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao Artigo 3º do Decreto Estadual nº 7.466/2011, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de até 04 (quatro) dias úteis para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

14.6. O tratamento favorecido previsto no item **11.5** somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

14.7. O motivo da irregularidade fiscal pendente será registrado pelo Pregoeiro em ata, com a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

14.8. A não regularização da documentação no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14.9. A critério do Pregoeiro, os prazos constantes do item 14.8 poderão ser prorrogados.

15. DA TAREFA DO PREGOEIRO durante a Habilitação

15.1. O Pregoeiro conferirá o registro, bem como a validade de todos os documentos, constantes do item 14. deste edital.

16. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

16.1. O critério de julgamento será o **DE MENOR PREÇO GLOBAL.**

16.2. A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em consonância com as especificações e condições detalhadas pelo edital.

16.3. As propostas não deverão apresentar prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias, não sendo possível alterar o conteúdo da proposta por qualquer motivo.

16.4. Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital.

16.5. O Pregoeiro selecionará a proposta de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em **até 10 % (dez por cento)**, relativamente à de menor preço, ou na impossibilidade de obter-se pelo menos 03 (três) propostas nestas condições, serão selecionadas as melhores propostas subseqüentes a de menor preço, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 03 (três), para participarem da sessão pública de lances verbais.

16.6. Havendo microempresas ou empresas de pequeno porte entre as licitantes empatadas, esta terá a preferência de contratação, de acordo com o § 2º, do Art. 44, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

16.7. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, nos termos do § 2º, do Art. 44 e art. 45, ambos da Lei Complementar 123/06.

16.8. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

16.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o Pregoeiro selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.

16.10. Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando obter preço melhor.

16.11. Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender a sessão do pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas.

17. ETAPA COMPETITIVA DE LANCES VERBAIS

17.1. Após a classificação das propostas, o Pregoeiro fará a divulgação, convocando os proponentes para apresentarem lances verbais, a começar do autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais, de forma sucessiva e distinta em ordem decrescente.

17.2. Somente serão admitidos lances verbais cujos valores se situem abaixo do menor valor inicialmente proposto pelo mesmo licitante num **percentual mínimo de 1,0 %** (um por cento).

17.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

17.4. Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

17.5. Sendo aceitável a oferta, será verificado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, o atendimento das condições habilitatórias deste licitante, com base na documentação apresentada.

17.6. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital, pelo Pregoeiro, com a posterior homologação do resultado pelo Presidente do Município.

17.7. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do Edital, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital com a posterior homologação do resultado pelo Presidente do Município.

17.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e seus anexos e/ou apresentarem proposta consideradas superfaturadas ou inexeqüíveis, entendendo-as, respectivamente, como propostas que estejam acima do valor estipulado pela Administração Pública como **preço de referência** ou que seja inferior a 50% (cinquenta por cento), do referido preço, nos termos do art. 48, da Lei nº 8.666/93.

17.09. Não serão motivo de desclassificação simples omissões irrelevantes para o entendimento da proposta, que não causem prejuízo à Administração ou lesem direitos dos demais licitantes.

17.10. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

18. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

18.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 01 (um) dia útil.

18.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

18.4. Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

18.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante para recorrer da decisão do pregoeiro importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente à adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor pelo Pregoeiro.

18.6. Quando mantida a decisão, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior será realizado pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis.

18.7. A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.

18.8. O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

18.9. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19. ADJUDICAÇÃO

19.1. Não havendo a manifestação de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

20. HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO

20.1. Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior homologará o procedimento licitatório.

20.2. A adjudicação e a homologação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.

20.3. Competirá à autoridade superior a ratificação da contratação.

21. CONTRATAÇÃO

21.1. O adjudicatário será convocado para executar o quanto disposto no objeto deste instrumento, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 8.666/93 e dos itens do presente edital, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

21.2. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.

21.3. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

21.4. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura, discriminando o produto, quantitativo utilizado e o respectivo custo, para efeitos de prestação de contas.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1. O pagamento devido à **Contratada**, correspondente aos serviços descritos anexo II, serão efetuados através de cheque, ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até **30(trinta) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **devidamente atestada a execução contratual**, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

22.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.

22.3 O pagamento não isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.

22.4. O pagamento inclui todas as despesas diretas e indiretas necessárias à completa execução do serviço, tais como, salários, obrigações sociais, fiscais e tributárias, transporte, e demais encargos decorrentes da execução do contrato.

23. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

23.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, de até 25% (vinte e cinco por cento), que se fizerem necessárias no quantitativo e no valor unitário do objeto contrato, na forma prevista na Lei Federal n. 8.666/93.

23.2. Para atualização, conforme o item “**23.1**”, está legalmente prevista e fundamentada no **artigo 65, inciso I, alínea “b” e inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93**.

23.3. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

23.4. A variação do valor contratual para fazer face a revisão de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

24. SANÇÕES E PENALIDADES

24.1. Para a aplicação das penalidades previstas serão levadas em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato conforme discriminado a seguir, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei nº 9.784/99:

24.1.1. Advertência escrita, com o intuito de registrar o comportamento inadequado do licitante e/ou contratado, sendo cabível apenas em falhas leves que não acarretem prejuízos graves ao Município.

24.1.2. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nas Leis Federais números 8.666/93 e 10.520/02, assim como em decreto regulamentador do pregão, sujeitando-se os infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

24.1.3. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela fixa inicial, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela fixa inicial;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parcela fixa inicial, por cada dia subsequente ao trigésimo.

24.1.3.1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

24.1.3.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da **GARANTIA** do contratado faltoso.

24.1.3.3. Se o valor da multa exceder ao da **GARANTIA** prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

24.1.3.4. Não tendo sido prestada **GARANTIA**, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

24.1.3.5. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

24.1.4. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nas disposições legais citada.

24.1.5. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram em outros ilícitos previstos em lei.

25. RESCISÃO

25.1. A rescisão poderá ser:

25.1.2. Pelo descumprimento total ou parcial do presente contrato ensejará a sua rescisão imediata, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, sendo os motivos aqueles alinhados no artigo 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, sem prejuízo de outras sanções previstas nesta mesma lei;

25.1.3. Determinada por ato unilateral e escrito do Poder Público, nos casos enumerados nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, acarretando as conseqüências previstas em lei, sem prejuízo das sanções cabíveis retromencionadas.

25.1.4. Judicial, nos termos da Legislação;

25.1.5. Amigável, por acordo entre as partes e desde que haja conveniência para a Câmara Municipal de Guanambi-BA;

25.2. A Bem do Poder Público a Câmara Municipal de Guanambi-BA a seu critério exclusivo e a qualquer tempo rescindir o contrato mediante prévio aviso à empresa contratada, ficando obrigada ao ressarcimento dos

prejuízos a que a contratada não tenha dado causa, desde que devidamente comprovados, e aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

25.3. Da rescisão do CONTRATO pelo não cumprimento de CLÁUSULAS contratuais, especificações, projetos ou prazos caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

25.4. Nas hipóteses de rescisão com base em qualquer das hipóteses da Lei 8.666/93 ou da legislação específica, não cabe a empresa contratada direito a qualquer indenização.

26. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO

26.1. A Câmara Municipal se reserva ao direito de revogar esta licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a decisão. Deverá, por outro lado, anulá-la se constatada insanável ilegalidade, baseado em parecer escrito e devidamente fundamentado.

26.2. Qualquer descumprimento à legislação pertinente ao objeto do certame, sobretudo, a descrita no item 21.7, deste edital, autorizam a Administração à proceder à revogação/anulação.

26.3. Não caberá qualquer indenização aos proponentes em caso de revogação ou anulação da presente licitação, ressalvadas as hipóteses legais, cabendo o ônus da prova exclusivamente ao licitante/contratado.

27. FISCALIZAÇÃO

27.1. A fiscalização dos serviços caberá diretamente à Câmara Municipal, através de servidor formalmente designado na forma do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, a quem compete verificar se a licitante vencedora está executando os serviços, observando o contrato e os documentos que o integram.

27.2. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando os serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, obrigando-se, desde já, a licitante vencedora assegurar e facilitar o acesso da fiscalização a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

28. DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o Pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

28.2. É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, inclusive a juntada posterior de documentos, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta, sendo que os erros irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do Pregoeiro.

28.3. A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.5. O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos.

28.6. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

28.7. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Guanambi, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

28.8. Substituirá o instrumento contratual, na forma da lei n. 4.320/64, a **Nota de Empenho**, que vinculará o **Contratado** a todas às disposições contidas neste edital e, em caso de inadimplemento, sujeitará as sanções previstas no **item 24**.

28.9. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pelo pregoeiro e sua equipe de apoio através dos telefones: (77) 3451-3626 ou pelo site <http://procedebahia.com.br/camaraguanambi/>.

28.10. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, considerando as disposições das Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93, além do Decreto Municipal n. 087/2013.

28.11. São partes indissociáveis deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Especificação do Objeto e Modelo de Proposta de Preços

Anexo III - Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame Anexo

Anexo IV - Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor

Anexo V - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação

Anexo VI - Modelo de Declaração de Desimpedimento de Licitar

Anexo VII - Minuta do Contrato

Guanambi-Ba, 31 de Julho de 2015

JOAQUIM MANOEL COSTA DE AZEVEDO
PREGOEIRO

**ANEXO I
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015****TERMO DE REFERENCIA****SEMINÁRIO REGIONAL DE VEREADORES 2015****1. DA JUSTIFICATIVA (MOTIVAÇÃO)**

O mandato do Vereador é o principal instrumento de ligação entre o povo e os poderes constituídos. Na pirâmide social e política o Vereador é a Base para focar as demandas da comunidade. Daí a importância desse mandato estar cada vez mais capacitado, fortalecido e integrado para que, unidos o Poder Legislativo seja reconhecido e respeitado pela sua constante atuação no exercício das suas funções, conforme disposto na Constituição Federal de 1988.

Firme em tal premissa, faz-se necessário a promoção de eventos que estimulem a capacitação da Vereança, com palestras sobre os mais variados temas, pertinentes à função, com debates, reflexões, integração e troca de experiência, visando sempre destacar e aprimorar o papel do Poder Legislativo.

Estas temáticas serão amplamente debatidas por Conferencistas (Palestrantes) juntamente com os presentes: Agentes Políticos, representantes de sociedade civil e Comuna municipal e regional, agentes públicos, professores, consultores e interessados.

O Seminário Legislativo de 2015, a ser realizado pela Câmara Municipal de Guanambi, em datas previamente estabelecidas e divulgadas, visa, justamente, atender às necessidades discriminadas acima, razão pela qual se fazem presentes os requisitos exigidos para realização do procedimento licitatório, buscando a promoção do referido evento.

Para tanto o Poder Legislativo do Município de Guanambi, por meio do seu presidente, Carlos Jackson Vieira Pereira, busca a contratação de empresa responsável pela promoção de seminário de capacitação para Vereadores regionais, proporcionando toda a infraestrutura necessária para realização do evento.

2. DO OBJETIVO DO EVENTO

Debater os problemas e os desafios do Poder Legislativo com os Agentes Políticos, representantes de sociedade civil e Comuna municipal e regional, agentes públicos, professores, consultores e interessados.

3. DA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

A Câmara Municipal de Guanambi promoverá nos dias 20 e 21 de Agosto de 2015, no município de Guanambi-Ba, o SEMINÁRIO REGIONAL DE VEREADORES 2015, contando com o apoio de sociedades civil.

Para tanto a Câmara de Vereadores de Guanambi realizará o processo licitatório para Contratação de Empresa especializada para organizar e realizar o referido evento, ficando a mesma responsável pela Coordenação e os compromissos financeiro oriundo do evento.

4. DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência a Contratação de empresa especializada em realização de eventos para organizar o SEMINÁRIO REGIONAL DE VEREADORES 2015.

5. DO LOCAL DO EVENTO

O evento acontecerá no Auditório “Vereador Lino Teixeira” da Câmara de Vereadores de Guanambi, estado da Bahia, situado na Praça Henrique Pereira Donato nº 90, centro Administrativo, na cidade de Guanambi-Ba.

O Auditório “Vereador Lino Teixeira” possui as seguintes características:

Boa localização;

Segurança, mobilidade e acessibilidade;
Estacionamento privativo;
Espaço de circulação onde serão alocados os estandes de exposição;
Capacidade acima de 350 pessoas sentadas;
Sala de Entrada ampla;
Cozinha;
Banheiro Masculino e Feminino;

Vale ressaltar que este local é bem centralizado e adequado as dimensões do evento, estando disponível na data solicitada para montagem e desmontagem da estrutura, obedecendo ao padrão de segurança, mobilidade, acessibilidade e qualidade compatível com o evento.

6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS PELA CONTRATADA

6.1 DAS DESPESAS COM OS PALESTRANTES

Contratação de Palestrantes;
Passagens Aéreas para Palestrantes com deslocamento de Longas distancias;
Hospedagem de Palestrantes em Hotel de Boa Referencia na Sede do Município de Guanambi;

6.2 DO CONJUNTO DE ITENS NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO

Montagem de balcão para credenciamento;
Credenciamento dos participantes;

Organização da abertura e do encerramento do evento;

Fornecimento de água mineral em garrafas individuais, copos de vidros e bandejas para as mesas diretivas no período do evento;

Fornecimento de água mineral (natural e gelada) disponível em bebedouro com copos descartáveis em ponto estratégico, sendo no mínimo um bebedouro;

Fornecimento de café em garrafas térmicas com copos descartáveis, açúcar, adoçante e lixeiras, a serem disponibilizados em pontos estratégicos;

Fornecimento de 03 Coffee-Break nos 02 dias para um público estimado em 300 participantes (totalizando 900 Coffee-Break);

6.3 DA DECORAÇÃO E SINALIZAÇÃO

A ornamentação deverá ser feita com arranjos florais composto de flores coloridas e folhagens verdes;

A sinalização e orientação do evento deverão ser feita a partir da porta de entrada do local que será realizado o evento, para que fique claro a todos os participantes;

6.4 DOS SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO

Para ampla publicação será necessário confecção de FOLDERS e divulgação em emissoras de Rádio;

6.5 DA EQUIPE NECESSÁRIA

Será necessária a disponibilização de uma equipe de profissionais para apoiar a equipe de organização, sendo no mínimo:

01 Mestre de Cerimônia para fazer a abertura oficial e encerramento do evento;

03 Recepcionistas (recepção e credenciamento);

01 Técnico em som;

01 Técnico operador de audiovisual;

03 Agentes de limpeza com os insumos necessários;

6.6 DOS SERVIÇOS GERAIS

Distribuição de Kits aos participantes necessários para o evento e certificado.

7. DA PLANILHA DE PRODUTOS/SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS			
Nº	PRODUTO/SERVIÇO	DETALHAMENTO	QUANTIDADE (ESTIMADA)
DESPESAS COM PALESTRANTE			
01	CONTRATAÇÃO DE 05 (CINCO) PALESTRANTES	<p>Conferencias (Palestras) Direcionadas aos Agentes Políticos, representantes de sociedade civil e Comuna municipal e regional, agentes públicos, professores, consultores e interessados. Com temas direcionados ao fortalecimento do Legislativo, conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construindo Um Mandato de Alta Performance; • Imagem Pública no Mandato; • A Lei de Diretrizes Orçamentárias; • O Parlamento Municipal e o Papel do Vereador; • Empreendedorismo Público. 	0001
	Passagem Aérea	Viabilização prática e hábil para deslocamento de longas distancias de Palestrantes.	0004
	Hospedagem	Recepção em Hotel na Sede do Município	0004
FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL			
02	Bebedouro de água mineral	Fornecimento de água mineral natural e gelada (Galão de 20Lt) disponível em bebedouro com copos descartáveis em ponto estratégico, sendo no mínimo 01 bebedouro.	0020
FORNECIMENTO DE CAFÉ EM GARRAFA			
03	Fornecimento de Café	Fornecimento de café em garrafas térmicas de 01 litro, com copos descartáveis, açúcar, adoçante e lixeiras, a serem disponibilizados no local.	0010 Garrafas

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana De Oliveira Cardoso. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/> e utilize o código BF46-C736-4924-E254.



SERVIÇOS DE BUFFET – COOF BREAK			
04	Fornecimento de Coffee-Break	Coffee-Break para 300 pessoas: Composto de 3600 salgados, 600 Sucos de Sabores diversos e 300 Refrigerantes de 355ml	0001 Conjunto
SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA O EVENTO			
05	Arranjos com folhagens em coluna.	Arranjo Floral, com flores coloridas e folhagens verdes;	0010
	Serviços de Sinalização	Sinalização e orientação do evento.	0010
SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO			
06	Folders	Informativos Publicitários do Evento.	3000
	Emissoras de Rádio	Informativos Publicitários do Evento – Chamada de 30 segundos.	0100
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONGRESSOS – MÃO DE OBRA			
07	01 Mestre de Cerimônia	Mestre de Cerimônia para fazer a abertura oficial do evento	0001
	03 Recepcionistas	Recepcionistas (recepção e credenciamento)	
	01 Técnico	Técnico em som	
	01 Técnico	Técnico Operador de audiovisual	
	02 Agente Limpeza	Agente de Limpeza, com os insumos necessários.	
MATERIAIS PARA OS PARTICIPANTES (KIT PARTICIPATIVO)			
08	Kit Participativo	Kits para os Participantes contendo: 01(uma) Pasta, 01(uma) Caneta, Papéis, Informativos sobre o Evento, Crachá e CERTIFICADO.	0300

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015
ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E PROPOSTA DE PREÇO

À
CÂMARA MUNICIPAL DE CÂMARA DE GUANAMBI - BAHIA
PREGOEIRO MUNICIPAL

Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL - Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Nome Fantasia:

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

Telefone:

Fax:

OBJETO: Contratação de empresa para realização do SEMINÁRIO REGIONAL DE VEREADORES 2015, no Auditório da Câmara de Vereadores de Guanambi, Estado da Bahia, de acordo as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos.

Apresentamos e submetemos a V.Sa. proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na preparação, conforme segue:

Para proposta dos valores abaixo ofertados foi considerados o somatório dos custos e quantitativos perfazendo a seguinte quantidade e montante:



ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS					
Nº	PRODUTO/SERVIÇO	DETALHAMENTO	QTD (Estimada)	R\$-VALOR UNITÁRIO	R\$-VALOR TOTAL
DESPESAS COM PALESTRANTE					
01	CONTRATAÇÃO DE 05 (CINCO) PALESTRANTES	<p>Conferencias (Palestras) Direcionadas aos Agentes Políticos, representantes de sociedade civil e Comuna municipal e regional, agentes públicos, professores, consultores e interessados. Com temas direcionados ao fortalecimento do Legislativo, conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construindo Um Mandato de Alta Performance; • Imagem Pública no Mandato; • A Lei de Diretrizes Orçamentárias; • O Parlamento Municipal e o Papel do Vereador; • Empreendedorismo Público. 	0001		
	Passagem Aérea	Viabilização prática e hábil para deslocamento de longas distancias de Palestrantes.	0004		
	Hospedagem	Recepção em Hotel na Sede do Município	0004		
FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL					
02	Bebedouro de água mineral	Fornecimento de água mineral natural e gelada (Galão de 20Lt) disponível em bebedouro com copos descartáveis em ponto estratégico, sendo no mínimo 01 bebedouro.	0020		
FORNECIMENTO DE CAFÉ EM GARRAFA					
03	Fornecimento de Café	Fornecimento de café em garrafas térmicas de 01 litro, com copos descartáveis, açúcar, adoçante e lixeiras, a serem disponibilizados no local.	0010 Garrafas		
SERVIÇOS DE BUFFET – COOF BREAK					
04	Fornecimento de Coffee-Break	Coffee-Break para 300 pessoas: Composto de 3600 salgados, 600 Sucos de Sabores diversos e 300 Refrigerantes de 355ml	0001 Conjunto		
SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA O EVENTO					
05	Arranjos com folhagens em coluna.	Arranjo Floral, com flores coloridas e folhagens verdes;	0010		
	Serviços de Sinalização	Sinalização e orientação do evento.	0010		

SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO					
06	01 Folders	Informativos Publicitários do Evento.	3000		
	Emissoras de Rádio	Informativos Publicitários do Evento – Chamada de 30 segundos.	0100		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONGRESSOS – MÃO DE OBRA					
07	01 Mestre de Cerimônia	Mestre de Cerimônia para fazer a abertura oficial do evento.	0001		
	03 Recepcionistas	Recepcionistas (recepção e credenciamento)			
	01 Técnico	Técnico em som			
	01 Técnico	Técnico Operador de audiovisual			
	02 Agente Limpeza	Agente de Limpeza, com os insumos necessários.			
MATERIAIS PARA OS PARTICIPANTES (KIT PARTICIPATIVO)					
08	Kit Participativo	Kits para os Participantes contendo: 01(uma) Pasta, 01(uma) Caneta, Papéis, Informativos sobre o Evento, Crachá e CERTIFICADO.	0300		
TOTAL GERAL>>>					
Valor do Extenso:					
Prazo de validade da presente proposta:					

_____/_____/2015

Nome do representante legal e assinatura

CPF:

RG:

CARIM
BO CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015
MENOR PREÇO GLOBAL

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

Outorgante:**Outorgado:**

Poderes: Pelo presente instrumento particular de mandato, e na melhor forma de direito, o Outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador o Outorgado, com o fim especial de representar seus interesses no Pregão Presencial nº 013/2015, a ser realizado em 13/08/2015, na Sede da Câmara Municipal de Guanambi, estado da Bahia, referente à **c Contratação de empresa para realização do SEMINÁRIO REGIONAL DE VEREADORES 2015, no Auditório da Câmara de Vereadores de Guanambi, Estado da Bahia, de acordo as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos**, promovendo quaisquer medidas necessárias, tais como, apresentar documentos, credenciar-se, habilitar-se, oferecer lances, recorrer, e finalmente, praticar todos os atos que mister se façam, por mais especiais que sejam, ao amplo e integral desempenho deste mandato.

Sendo assim, dando tudo por bom, certo, justo, firme e valioso, assina o presente.

_____ / _____ / _____
Local e data

Sócio/Membro da Diretoria/Responsável**CARIMBO CNPJ**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015
MENOR PREÇO GLOBAL

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL	Número 013/2015
--	--------------------

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto Lei 8.666/93, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

() nem menor de 16 anos.

() nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

_____, ____ de _____ de 2015

Nome do representante legal e assinatura

CPF:

RG:

CARIMBO CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015
MENOR PREÇO GLOBAL

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL	Número 013/2015
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL	

Declaramos sob as penas da lei, especialmente em face do quanto disposto na Lei Federal n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/02, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas.

_____, ____ de _____ de 2015

Nome do representante legal e assinatura

CPF:

RG:

CARIMBO CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015
MENOR PREÇO GLOBAL

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL	Número 013/2015
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL	

Declaramos, sob pena de Lei, que a empresa(razão social/CNPJ) não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

_____, ____ de _____ de 2015

Nome do representante legal e assinatura

CPF:

RG:

CARIMBO CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PARA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE....., CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO II DO EDITAL, QUE CELEBRAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE GUANAMBI E A EMPRESA XXXXXXXX, SEGUNDO AS CLAUSULAS ABAIXO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUANAMBI, ESTADO DA BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ /MF nº 04.285.518/0001-70, com sede na Praça Henrique Pereira Donato, 90, centro, na cidade de Guanambi-BA, representada neste ato, por seu Presidente, residente e domiciliado na cidade de Guanambi - Bahia, a seguir denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa....., inscrita no CNPJ sob Nº....., com sede na, representada pelo(s) abaixo assinado(s), a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, firmam neste ato, o presente contrato, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1- O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para realização do SEMINÁRIO REGIONAL DE VEREADORES 2015, no Auditório da Câmara de Vereadores de Guanambi, Estado da Bahia, de acordo as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I e demais disposições fixadas no Edital de Pregão Presencial nº 013/2015 e seus Anexos

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO DOS OBJETOS

2.1- O Regime de Execução do presente Contrato é de Menor Preço Global apresentada pela CONTRATADA, em obediência ao Edital do Pregão Presencial Nº 013/2015 e seus Anexos, que a este integra, independentemente de transcrição, e à Lei Federal Nº 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações introduzidas pela Lei Federal Nº 8.883/94.

2.2- O recebimento e/ou liquidação dos serviços será realizado mediante apresentação da(s) comprovação que viabilizem a constatação da efetiva realização do evento contratado, assim como, a apresentação da nota fiscal onde será aposta a declaração de que o(s) serviço(s) foi(ram) entregue(s).

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO/VIGÊNCIA

3.2- O prazo de entrega dos serviços será até o último dia do evento, tendo este instrumento como prazo final da vigência em 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO/REAJUSTAMENTO

4.1 O Preço Total ora contratado será de R\$(XX) resultante da quantidade constante da Planilha e Proposta de Preços, objeto do Edital do Pregão Presencial Nº. 013/2015 e da Ata de negociação feita pelo pregoeiro.

4.2 - O pagamento devido à **Contratada**, correspondente aos serviços descritos anexo II, serão efetuados através de cheque, ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **devidamente atestada a execução contratual**, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

4.3 - Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.

4.4 - O pagamento não isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.

4.5 - O pagamento inclui todas as despesas diretas e indiretas necessárias à completa execução do serviço, tais como, salários, obrigações sociais, fiscais e tributárias, transporte, e demais encargos decorrentes da execução do contrato.

4.6 - Os ingressos de receitas provenientes das inscrições não constituirão parte dos pagamentos que o Poder Público fará à empresa contratada, assim como, não ingressão essas receitas aos cofres do Poder Público Municipal, pois as mesmas serão cobradas e administradas pela empresa contratada, ficando-a sob sua única e inteira responsabilidade.

CLÁUSULA QUINTA - ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução dos serviços contratados com base no Edital do Pregão Presencial Nº 013/2015, correrão à conta de recursos constantes de dotações consignadas no Orçamento Municipal para o exercício corrente a saber:

Unidade Orçamentária: 1.1 – Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade: 01.031.001-2003 – Gestão dos Serviços do Plenário da Câmara

Classificação Econômica: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES**6.1 - DA CONTRATADA:**

6.1.1- A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo a solicitação dos mesmos feita pela CONTRATANTE.

6.1.2 - A CONTRATADA será legal e financeiramente responsável por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste Contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros fins, a eles não se vinculando a CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo ao de solidariedade;

6.1.3 - A CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, negligência, imperícia ou imprudência, na execução do objeto deste Contrato, diretamente, por seus prepostos e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento feito pela CONTRATANTE ou por seus prepostos;

6.1.4 - A CONTRATADA assumirá a responsabilidade total pela execução dos serviços solicitados pela contratante.

6.1.5 - A CONTRATADA obriga-se a atender, em tempo hábil, as solicitações da CONTRATANTE, CONFORME o objeto contido no Edital, que é parte integrante este Contrato.

6.1.6 – Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei 8.666/93;

6.1.7 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida na Licitação.

6.1.8 – É dever da contratada a realização de inscrições, assim como, é de direito legal a instituição e cobrança de taxa de inscrição.

6.1.9 - Os ingressos de receitas provenientes das inscrições não constituirão parte dos pagamentos que o Poder Público fará à empresa contratada, assim como, não ingressão essas receitas aos cofres do Poder Público Municipal, pois as mesmas serão cobradas e administradas pela empresa contratada, ficando-a sob sua única e inteira responsabilidade.

6.2 - DA CONTRATANTE:

6.2.1 - Pagar conforme estabelecido na Cláusula Quarta, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato, na integralidade dos seus termos;

6.2.2. Verificar e aceitar a(s) fatura(s) emitida(s) pela Contratada, recusando-as quando inexatas, ou que venham desacompanhadas dos documentos exigidos neste Contrato;

6.2.3. Prestar verbalmente ou por escrito à Contratada informações que visem esclarecer a entrega dos serviços fornecidos.

6.2.5. A fiscalização dos serviços será por equipe designada pela CONTRATANTE.

6.2.6. Poderá a fiscalização ordenar a suspensão total ou parcial dos serviços, caso não sejam atendidas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as reclamações que fizer, sem prejuízo de outras sanções que possam se aplicar a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – ISENÇÃO DE PENALIDADE

7.1 - Considerando que os pagamentos serão efetuados após os serviços apresentados, não havendo assim nenhum risco futuro para o Município, contudo fica estipulado multa de 30% (trinta por cento) incidindo sobre violação das cláusulas deste Contrato, inclusive no caso de vício na qualidade constatada.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

8.1 - A CONTRATANTE poderá rescindir, unilateralmente, este Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sempre que ocorrer por parte da CONTRATADA:

8.1.1 - O não cumprimento, ou cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

8.1.2 - A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da entrega do(s) produto(s) serviço(s), no(s) prazo(s) e condição(ões) estipulado(s);

8.1.3 - O atraso injustificado no início da entrega;

8.1.4 - A paralisação da entrega dos produtos, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

8.1.5 - A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem a prévia autorização por escrito da CONTRATANTE;

8.1.6 - O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da Fiscalização da CONTRATANTE, bem como dos seus superiores;

8.1.7 - O cometimento reiterado de faltas na execução da entrega do(s) objeto(s) contrato(s), anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei número 8666/93 de 21/06/93;

8.1.8 - A decretação de falência, insolvência ou concordata da CONTRATADA;

8.1.8.1 - No caso de concordata é facultado à CONTRATANTE manter o contrato, com a CONTRATADA, assumindo ou não o controle das atividades que julgar necessárias, a seu exclusivo juízo, de forma a permitir a conclusão da entrega dos produtos sem prejuízo à Administração;

8.1.9 - A dissolução da CONTRATADA;

8.1.10 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;

8.1.11 - Ocorrendo a rescisão nos termos do item 8.1 acima citado, acarretará para a CONTRATADA, as conseqüências contidas no artigo 80 da Lei Nº 8666/93 de 21/06/93, sem prejuízo de outras sanções previstas na citada Lei.

8.2 - A rescisão contratual poderá também ocorrer das seguintes formas:

8.2.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos acima enumerados nos itens de 8.1.1 a 8.1.10, ou outros contidos na Lei Nº. 8666/93 de 21/06/93;

8.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes CONTRATANTES, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

8.2.2.1 - A rescisão amigável ou administrativa deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente da CONTRATANTE;

8.2.2.2 - Quando a rescisão ocorrer, sem culpa da CONTRATADA, será ressarcido a este os prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

a) devolução da garantia, se houver;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

c) Pagamento do custo de desmobilização;

8.2.3 - Judicial, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender temporariamente a execução deste Contrato, quando necessário por conveniência dos serviços ou da Administração, respeitados os limites legais e os direitos assegurados à CONTRATADA;

9.2 - Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital e seus Anexos e a Proposta de Preços da CONTRATADA;

9.3 - Não será permitidos a CONTRATADA, sub-empregar de forma parcial ou, ainda, sub-rogar este Contrato;

9.4 - Este contrato é regido pela Lei nº. 8.666/93, a fim de dirimir alguma dúvida em casos omissos.

9.5 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, de até 25% (vinte e cinco por cento), que se fizerem necessárias no quantitativo e no valor unitário do objeto contrato, na forma prevista na Lei Federal n. 8.666/93.

9.6 - A atualização, conforme o item "9.5", está legalmente prevista e fundamentada no **artigo 65, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93.**

9.7 - As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

9.8 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

CLAUSULA DÉCIMA- FORO

10.1 - As partes signatárias deste Contrato elegem o Foro da Comarca de Guanambi - Estado da Bahia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Guanambi, xxxxx de xxxxxx de 2015.

CONTRATANTE/CONTRATADO

TESTEMUNHAS: 1ª e 2ª

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BF46-C736-4924-E254> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BF46-C736-4924-E254



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/07/2015 é(são) :

- Adriana De Oliveira Cardoso - 030.899.305-52 em 31/07/2015 14:30

